Processo TC nº 010.829/2010-5
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Cuida-se de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde – Funasa, em decorrência da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos transferidos por intermédio do Convênio nº 1.134/2002, celebrado com a Prefeitura Municipal de Isaías Coelho/PI, objetivando a restauração de 25 unidades habitacionais no povoado Morrinhos, com a construção de módulos sanitários, reboco, pintura de paredes, execução de piso cimentado e chapisco de proteção, além da reconstrução de 12 módulos habitacionais, com vistas ao controle da Doença de Chagas, e a realização de ações no âmbito do Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social – PESM.

2. Em sua instrução, a Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (fls. 393/400) propõe o arquivamento dos presentes autos, com fundamento no disposto no artigo 5º, § 1º, inciso III, c/c o artigo 10 da IN/TCU nº 56/2007, diante da baixa materialidade do único débito por ela identificado, consubstanciado na não utilização da contrapartida. Entendeu a unidade técnica que não haveria débito relativo às parcelas transferidas pelo órgão concedente, a partir de cálculo por estimativa por ela realizado, à vista das informações do processo, consideradas desconstruídas e imprecisas.

3. Entendo, com as vênias de estilo, não ser esta a proposta mais adequada ao caso concreto.

4. Da análise dos documentos constantes do processo, observo que o parecer técnico de prestação de contas final emitido pela Funasa (fl. 288) apontou não o percentual de execução da obra em questão, o que realmente geraria um descompasso com as demais informações constantes dos autos, mas o percentual de alcance do objeto daquele convênio em 0% (“o Convênio atingiu o **PERCENTUAL DE: 0,0%**.”), isso porque considerou que “as especificações técnicas do projeto não foram atendidas, as metas do plano de trabalho não foram executadas 100%, o objeto do convênio não foi alcançado, a qualidade aparente da obra não é boa.”

5. Conforme Relatório de Visita Técnica nº 3, elaborado em 28/06/2004 (fls. 167/168, vol. principal), ainda na gestão do então prefeito, Sr. Francisco das Chagas Silva, e durante a execução das obras objeto do Convênio em questão, foram identificadas várias falhas técnicas nos serviços executados, além da paralisação da obra em 21/06/2004 e da não adoção de providências com vistas à correção dos serviços realizados fora da especificação técnica, na forma apontada no Relatório nº 2, de 05/05/2004.

6. Já na gestão seguinte, o então prefeito, Sr. Waldemar Mauriz Filho, instou a empresa responsável pela execução da obra, Ecol Engenharia Ltda., a corrigir as falhas existentes na execução dos serviços já pagos pela Prefeitura, como medida preliminar à retomada das obras, subordinando a liberação de quaisquer recursos à conclusão dos serviços impugnados (fl. 211).

7. Ante a recusa da empresa em refazer os aludidos serviços, o então gestor houve por bem restituir à Funasa o valor da 3ª parcela, acrescido da correspondente aplicação financeira (fl. 283), ante a impossibilidade de retomar as obras em questão.

8. Diante disso, entendo caracterizada a responsabilidade do Sr. Francisco das Chagas Silva, à época, signatário do aludido Convênio, pelo inadequado acompanhamento e fiscalização do contrato de execução das respectivas obras, o que possibilitou o pagamento à empresa responsável por sua execução, Ecol Engenharia Ltda., por serviços fora da especificação técnica ou com falhas técnicas.

9. Além disso, reputo existir responsabilidade, ainda, da empresa Ecol Engenharia Ltda., que recebeu recursos públicos, sem, entretanto, executar os correspondentes serviços dentro das especificações técnicas previstas contratualmente.

10. Em relação ao montante do débito, julgo que este deva corresponder aos recursos repassados pela Funasa por intermédio do Convênio nº 1.134/2002, abatendo-se tão somente os valores já devolvidos

Continuação do TC nº 010.829/2010-5

pelo Sr. Waldemar Mauriz Filho, haja vista a impossibilidade do aproveitamento das parcelas concluídas, na forma evidenciada no relatório de fl. 288 do órgão concedente.

11. Lembro que na apuração do respectivo débito a jurisprudência deste Tribunal já consolidou o entendimento de que a execução parcial de objeto somente se presta a reduzir o valor do débito, quando comprovada a possibilidade de aproveitamento das parcelas concluídas, o que não ocorre no presente caso (Acórdão do Plenário nº 2.599/2010, Acórdãos da 2ª Câmara nºs 1.559/2011, 4.625/2010 e 3.522/2010, e Acórdão da 1ª Câmara nº 4.059/2010).

12. Ante o exposto, este representante do MP/TCU, com as vênias por divergir da proposta de encaminhamento da unidade técnica, propõe, preliminarmente, sejam os presentes autos restituídos à Secex/PI para que promova as citações dos responsáveis Francisco das Chagas Silva e Ecol Engenharia Ltda., solidariamente, pelo débito correspondente aos recursos transferidos pela Funasa por intermédio do Convênio nº 1.134/2002, abatido dos valores já ressarcidos pelo Sr. Waldemar Mauriz Filho, cujos valores históricos estão a seguir alinhados:

Valor	Data	Documento	Débito/Crédito
80.000,00	28/10/2003	fl. 85	Débito
60.000,00	31/12/2003	fl. 98	Débito
60.000,00	29/12/2004	fl. 122	Débito
69.475,13	05/04/2006	fl. 283	Crédito

Ministério Público, em julho de 2011.

PAULO SOARES BUGARIN
Subprocurador-Geral